

14 DE ABRIL DE 2016 – UMA ANÁLISE SOBRE OS DISCURSOS NA VOTAÇÃO DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UM JOGO DE MÁSCARAS E ARTICULAÇÕES POLÍTICAS

JOÃO VICTOR C. CORRÊA*

NATÁLIA P. SANTOS**

VALDILENE ZANETTE NUNES***

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo traçar uma análise discursiva dos discursos proferidos pelos deputados federais no ato da votação do *impeachment* da então Presidente da República Dilma Rousseff. Os discursos utilizados pertencem à parcela vencedora da votação, e dentro dessa amostra, aqueles que pertencem à Bancada Evangélica, por conta do vasto material para análise. O estudo foi feito a partir da pesquisa quantitativa que deu conta do levantamento dos dados e da análise discursiva com as noções de enunciação de Emile Benveniste e das noções de discurso político de Patrick Charaudeau, que nos fizeram perceber o forte traço de subjetividade nos discursos. Esta marca se dá a partir da presença constante do “eu”, a falta de impessoalidade e as construções dos *ethos* como um recurso de legitimação e credibilidade do discurso. Foi feito um levantamento de como funciona a casa que sediou a votação, que é a Câmara dos Deputados e como se dá a articulação política para a combinação dos votos. Como resultado, pudemos destacar o agrupamento dos deputados por suas justificativas na votação do processo, sendo que temas não relacionados diretamente às questões legais do *impeachment*, como família, futuro e religiosidade ficam à frente numericamente do tema “crime de responsabilidade” e outros relacionados diretamente ao tema da votação. Como desdobramento, foi possível mapear qual construção de *ethos* o locutor desejava para melhor articular sua imagem política.

* Licenciado em Letras - Português/Inglês pela Universidade Católica de Santos. E-mail: concercorrea@gmail.com

** Licenciada em Letras - Português/Inglês pela Universidade Católica de Santos. E-mail: psantosnatalia@gmail.com

*** Professora dos cursos de Licenciatura em Letras, Pedagogia, Tradução e Relações Internacionais da Universidade Católica de Santos. Coordenadora Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão do Centro de Ciências da Educação e comunicação da Universidade Católica de Santos. Licenciada em Letras - Português/Inglês pela Universidade Católica de Santos. Mestre em Língua Portuguesa pela PUC/SP. E-mail: valzanette@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVEDiscurso Político. *Impeachment*. Representatividade.**INTRODUÇÃO**

O tema escolhido tem como eixo a análise dos discursos dos deputados na sessão deliberativa realizada dia catorze de abril de 2016 em que votaram o *impeachment* da presidente eleita Dilma Rousseff. Um recorte nos discursos da parcela vencedora será utilizado como amostra para a análise e, de acordo com eles, pretendemos entender quais anseios e objetivos estão sendo representados e como isso se reflete na linguagem.

Tendo em vista o momento histórico em que este trabalho é realizado, acreditamos ter uma grande relevância acadêmica utilizar os estudos da análise do discurso da linha francesa e estudos da enunciação para embasá-lo. Os estudos de Saussure são utilizados pela visão de enunciação de Émile Benveniste e pela visão de discurso político de Patrick Charaudeau.

Acreditamos que seja de extrema importância trazer ao conhecimento público uma análise científica e reflexiva deste momento, para que possa ser entendido com mais clareza o que está sendo dito, ainda mais em um contexto histórico tão marcante de nosso país.

1. REPRESENTATIVIDADE SOCIAL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ao escolher a votação de *impeachment* como objeto de pesquisa e análise, é necessário abordar a questão da representatividade social na câmara dos deputados, visto que a votação tem papel fundamental para a alteração e anulação da escolha democrática da população do país. Ou seja, é preciso saber de quem falaremos neste artigo. Quem são e o que representam aqueles que votaram o processo de *impeachment*, para depois analisarmos seus discursos em busca de quem representam, tendo como base o que representam.

Segundo os veículos oficiais de comunicação da casa, o poder legislativo está orientado por três principais funções: representar o povo brasileiro; legislar sobre os assuntos de interesse nacional; fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

Diante de tais dados, podemos concluir que este é o setor político que visa estar mais próximo da população e a porta de entrada para a representação de seus anseios na esfera política de nosso país.

Sabemos que não é necessário que o Deputado pertença, pessoalmente, ao grupo que representa, mas, citando Benveniste, em seu estudo *Da subjetividade na linguagem* presente no Problemas de Linguística Geral I (1995, p.85),

A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou [...] não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a [...]. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem.

E isso nos leva a questionar quem está falando para quem? Se os deputados falam algo, o fazem por algum motivo e levando em conta algum contexto. Precisamos entender se eles

têm de fato levado em consideração o apelo popular e a pluralidade de nossa sociedade, ainda mais em momentos tão críticos para a história do nosso país. As ideologias estão sendo representadas com qualidade? As pessoas que vivem diariamente uma realidade infinitamente dispar da dos políticos são ao menos ouvidas?

Com isso, visamos salientar o distanciamento que existe entre a população e a câmara e traçar o pano de fundo que embasará nossa análise dos discursos, no objetivo de entender qual parcela da população está, de fato, representada ali.

1.1 FRENTES E BLOCOS PARLAMENTARES

Considerando a heterogeneidade de interesses defendidos na Casa, duas reportagens nos serviram de base, com um levantamento de dados que mapeou de forma aproximada os assuntos mais cotados, suas pautas, quantidade de deputados, movimentações e qual o impacto disso sobre decisões coletivas que irão atingir toda a sociedade, que são “As dinastias na Câmara” e “As bancadas na Câmara” da Pública – Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo.

Primeiramente, gostaríamos de esclarecer o que são as Bancadas Partidárias e Frentes ou Blocos Parlamentares. As Bancadas Partidárias são agrupamentos de parlamentares de uma mesma representação partidária sob algum interesse convergente. Informalmente, é comum referir-se a uma bancada de uma mesma região ou assunto, como, por exemplo, “Bancada Mineira, Nordestina ou Paulista” e “Bancada Ruralista, da Bola e Evangélica”. Elas são organizadas no início de cada legislatura e desfazem-se no final. Seu líder é eleito entre todos os membros e fala pelo partido e pelo interesse defendido por eles na Casa.

Bancadas que sejam formadas por dois ou mais partidos com uma liderança comum criam um Bloco ou Frente Parlamentar. Esta é uma associação suprapartidária, ou seja, sua existência e evolução está acima dos partidos políticos e é composta por pelo menos 1/3 dos integrantes do Poder Legislativo Federal. Seu objetivo é aprimorar a legislação referente a um tema específico. Ela pode utilizar o espaço físico da Câmara, desde que não atrapalhe outras atividades, não implique a contratação de pessoal e a compra de passagens aéreas. A bancada do bloco é comandada por um líder. Os líderes dos respectivos partidos que compõem o bloco perdem suas atribuições e prerrogativas regimentais, mas assumem, preferencialmente, as funções de vice-líder do bloco.

Midiática e popularmente falando, os blocos parlamentares são mais conhecidos apenas por “bancadas”, assim, em vez de se referirem à Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, os órgãos de imprensa citam apenas “Bancada Ruralista”, como era originalmente conhecida, por exemplo.

As Frentes Partidárias registradas na Câmara dos Deputados no ano da votação do *impeachment* e que seguem ativas até este momento são mais de 250 e abrangem temas diversos. Porém, 11 são as mais atuantes. Além de concentrarem maior número de parlamentares do que as outras, possuem temas de um espectro mais abrangente, movimentam-se mais e têm uma agenda mais definida. Os dados a seguir são de muita relevância para o entendimento da votação do *impeachment* e também para o entendimento de como funciona a política e a manutenção dos interesses no Brasil.

A maior Frente presente na Casa é a popularmente chamada Bancada dos Parentes. Este nome se dá por conta de famílias de políticos que estão no poder, em alguns casos, desde o período colonial. Composta por 238 deputados, foi protagonista de um debate acalorado no final de outubro de 2015, quando o assunto veio objetivamente à tona. Logo na sequência

vem a Bancada das Empreiteiras e Construtoras, com 226 membros, a Ruralista, com 207, Empresarial com 208, Evangélica com 197. As seguintes não terão um número tão expressivo de membros, mas legislam sobre temas importantes no cenário nacional e possuem uma influência grande no cotidiano brasileiro: Sindical, com 43 membros, Mineração e Bola (futebol), com 23 e 14 deputados, respectivamente, Bala com 35 parlamentares, Direitos Humanos com 23 e Saúde com 21. Segundo a pesquisa, os critérios utilizados para defini-las foi a ação diária de cada parlamentar em temas relacionados a segmentos específicos. E para a das construtoras, o ponto de partida foi o financiamento de campanha, o que também ajudou a elaborar o levantamento da bancada da mineração.

A elaboração de um ranqueamento é complexa por não tratar apenas de números de parlamentares presentes oficialmente em cada bancada, pois, segundo Antônio Augusto de Queiroz, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, é comum que em alguns blocos, parlamentares usem, na prática, a camaradagem para angariar membros, mas não atuem nele diretamente.

Isso vale muito para a frente de direitos humanos, por exemplo, a questão de assinar e não efetivar o apoio. É simpático para a opinião pública, mas quando é para valer o cara desaparece ou não vai para a linha de frente. Mas ninguém assina a bancada da agricultura se não tiver vínculo direto com o setor. (QUEIROZ, 2016 apud MEDEIROS, 2016)

2. UM OLHAR PARA OS MECANISMOS DE ANÁLISE

Visando utilizar a melhor forma possível de análise para que possamos atingir nosso propósito de pesquisa, debruçamo-nos sobre as teorias linguísticas de análise do discurso e da enunciação.

Não é recente a busca do ser humano para entender com maior amplitude o mundo em que vive e as informações que o cercam. Assim como também temos buscado nos expressar cada vez mais claramente em uma sociedade tão plural.

Com isso, estão aqui expostos os fundamentos das teorias que balizarão nossa análise, para que todos os leitores que um dia tiverem este trabalho em mãos tenham condições de compreender os caminhos que seguimos.

2.1 LINGUÍSTICA E ANÁLISE DO DISCURSO

A linguística estuda a “língua” como meio de comunicação social, focando no funcionamento da comunicação, ignorando normas. Para Saussure, a língua é uma associação entre significado e significante. O primeiro é o conceito que se tem do que é dito e o segundo é o signo linguístico propriamente dito, uma “imagem fonética” que é previamente atribuída a algum significado.

A linguagem, enquanto discurso, não é inocente ou neutra. Existe sempre uma intencionalidade na qual baseia-se o discurso, fazendo da fala uma ferramenta privilegiada para manifestações ideológicas. Ela não pode ser estudada fora da sociedade por ser composta de fatores histórico-sociais, explica-se daí o desdobramento do estudo da linguagem em diversas áreas, como, por exemplo, a sociolinguística, a pragmática, análise da conversação e a análise do discurso que utilizaremos neste trabalho, um campo que começou a ser definido na década de 60.

Historicamente, a Análise do Discurso, ou AD, foi vislumbrada pelos formalistas russos, que eram estudiosos da linguística, e começaram a abrir campo para este tipo de análise. Porém, seus sucessores, os estruturalistas, levaram a pesquisa para outro campo. Como o próprio nome já diz, eles buscaram estudar o texto pelo texto, suas características internas e individuais, não exteriorizando a análise, nem contextualizando historicamente. Assim, apenas na década de 50, com trabalhos como o do americano Zellig S. Harris em *Discourse analysis: a sample text* (1952), e Althusser e Pêcheux, filósofos franceses, que esse tema foi retomado, mostrando possibilidades mais amplas de análise.

As diferenças se dão, principalmente, na questão histórica, abarcada pela AD. A memória e contextos histórico e social do texto colocam toda a análise em um outro lugar. Uma vez que passam a ser levadas em consideração, revelam a ideologia do falante e sua intencionalidade.

Pêcheux, em seu trabalho *Semântica e Discurso*, de 1975, fala sobre a materialidade do discurso, posicionando-o dentro do solo epistemológico em que foi produzido.

Roman Osipovich Jakobson, pensador russo, não teve o enunciado no centro de seus estudos como tiveram Foucault e Bakhtin. Ele focou no estudo dos fonemas, na segmentação da palavra. Porém, foi frequente em seus estudos que ele se referisse ao que chamava de “mensagem”, que se acredita ser um equivalente do termo “enunciado”, pois a conceituação feita pelo pensador aproxima os termos. Em ambos é necessária a existência de quem elabora e emite, e de um segundo sujeito, que irá decodificar e receber, assim sistematizado por Jakobson (1969 apud RODRIGUES, 2014, p. 4)

O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz, a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere (ou ‘referente’, em outra nomenclatura algo ambígua), apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um CONTACTO, um canal físico, e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação.

É nisso que reside uma das condições da multiplicidade compositiva atual de nosso código, a língua que faz com que o sujeito falante tenha a competência (precisamente, a competência) de passar, com liberdade e segundo a necessidade, de um subcódigo a outro. (JAKOBSON 1985 apud RODRIGUES, 2014, p. 9)

Outro teórico importante da área foi Mikhail Mikhailovich Bakhtin, filósofo russo, que estudava também a linguagem. Ele, concomitantemente com Benveniste, publicou trabalhos que ajudaram a expandir este conhecimento em Análise do Discurso, porém com um olhar levemente mais filosófico, levando em conta sua área de formação e não tanto focado no contexto. Em relação à definição de sujeito, há grande semelhança com Jakobson, pois em ambos não há a necessidade de formalizar um termo, ou focar seus estudos em tais aspectos. Eles visam ampliar o olhar sobre o ato de comunicar. Para Bakhtin, a figura do sujeito do enunciado é específica e uma posição que não pode ser ocupada por indivíduos, até certo ponto diferentes (FOUCAULT, 2008 apud RODRIGUES, 2014). Este espaço é de um indivíduo único capaz de ser enunciatador daquele discurso. Isso nos leva para a próxima indagação que é se o sujeito enunciatador pode isolar-se do discurso que emite. Quanto a isso, fica clara sua posição contrária quando afirma que “o discurso sempre está fundido em forma

de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir”. (BAKHTIN, 2003 apud RODRIGUES 2014, p. 5). E quando diz:

Um traço essencial (constitutivo) do enunciado é o seu direcionamento a alguém ou seu endereçamento. [...] [...] o enunciado tem autor [...] e destinatário. Esse destinatário pode ser um participante-interlocutor direto do diálogo cotidiano, pode ser uma coletividade [...], um público mais ou menos diferenciado, um povo [...], o chefe, [...] um estranho, etc. (BAKHTIN, 2003 apud RODRIGUES 2014 p. 3)

Porém, ainda assim, existem grandes diferenças do sujeito do estruturalismo, pois o filósofo leva em conta a individualidade, intencionalidade e a voluntariedade do falante.

Em relação ao enunciado, Bakhtin apresenta a preocupação de que o enunciado seja muito bem definido e conceituado. Um pouco diferente de Jakobson, ele visa propor uma teoria que abranja questões mais amplas relacionadas à linguagem, que abarque toda a complexidade dos processos envolvidos.

2.2 ANÁLISE DO DISCURSO NA POLÍTICA

Na área da análise do discurso, uma das vertentes é a Análise do Discurso Político. Assim como falamos anteriormente, a fala nunca é inocente ou neutra, e o discurso é uma ferramenta poderosa de manifestação ideológica. No campo da política, essas possibilidades valem ouro. Aqueles que detêm o poder utilizam-se sempre e cada vez mais de todos os recursos possíveis para ampliar a quantidade de pessoas que partilhem seus valores. Assim como diz Charaudeau (2005, p. 79),

(...) o sujeito político deve também se mostrar crível e persuadir o maior número de indivíduos de que partilha certos valores. É o que coloca a instância política na perspectiva de ter que articular opiniões a fim de estabelecer um consenso. Ela deve, portanto, fazer prova da persuasão para desempenhar esse duplo papel de representante e de fiador do bem-estar social.

O ambiente político, por si, já é bastante carregado de significados, regras, lógicas e interesses muito peculiares à sua atuação.

O político precisa passar uma imagem de segurança a confiabilidade para quem recebe sua mensagem, sabendo que está em um ambiente contraditório. Aquilo que ele defende pode ser refutado por um colega de Casa nos minutos seguintes, então, seu discurso precisa ser afiado, preciso, direto e claro. Até mesmo a linguagem a ser utilizada é escolhida cuidadosamente para corroborar com sua ideologia.

O político deve, portanto, construir para si uma dupla identidade discursiva; uma que corresponde ao conceito político, enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade; outra que corresponda à prática política, lugar das estratégias de poder. (CHARAUDEAU, 2006, p. 79)

Atualmente, com o grande alcance tecnológico de um cidadão comum, uma informação pode ser verificada no mesmo instante em que foi emitida e, com isso, aqueles que estão à frente da população ficam cada vez mais munidos de repertório, pois sabem que o acesso à informação mudou. É notório que a grande massa não acompanha e muito menos verifica aquilo que é falado oficialmente por nossos representantes, mas o alcance jornalístico

e midiático é inegavelmente maior do que anteriormente e isso, de qualquer forma, gera uma situação menos confortável para a propagação de inverdades. Em nosso país, a mídia tem um papel relevante na divulgação de informações políticas, não apenas tratando-se do que os parlamentares discursam oficialmente. Operações policiais e outros assuntos que deveriam ser tratados como sigilosos são expostos e usados como instrumentos de agitação popular para suas manobras. Esta conclusão é evidente, pois as características ideológicas de determinados grupos de poder são claras, como já vimos anteriormente, e tratando-se de Análise do Discurso Político, o foco será na relação entre linguagem, ação, poder e verdade.

Em um contrato político, não há parceria entre pessoas e sim entidades abstratas. Charaudeau fala em instâncias do dispositivo de interação, tendo a definição de dispositivo de interação aqui como aquilo “(...) que estrutura a situação na qual se desenvolvem as trocas lingüísticas ao organizá-las de acordo com os lugares ocupados pelos parceiros da troca, a natureza de sua identidade, as relações que se instauram entre eles em função de certa finalidade” (CHARAUDEAU, 2006, p.53). Isto é, o dispositivo é o responsável por boa parte da interpretação do discurso, é ele que “desempenha o papel de fiador do contrato de comunicação ao registrar como é organizado e regulado o campo de enunciação de acordo com normas do comportamento(...)” (CHARAUDEAU, 2006, p.54) Já as instâncias desse dispositivo é um aspecto defendido por Charaudeau (2006, p. 55) que

Evita que se caia em dois extremos o que consiste em reduzir as explicações dos fatos políticos apenas à personalidade psicológica e social dos atores reais da vida política (...) e o que consiste em interessar-se apenas pelas ideias veiculadas pelos discursos (ideologia), sem levar em conta a natureza das instâncias do dispositivo.

É necessário também abordar a legitimidade que está presente na instância política, seu objetivo, de acordo com Charaudeau (2006, p.65), é de “justificar os feitos e o gestos daquele que age”, ou, ainda, “(...) Determina um ‘direito do sujeito de dizer ou de fazer’” (CHARAUDEAU, 2006, p.67), ou seja, no campo dos discursos políticos dos deputados que serão abordados neste trabalho a legitimidade procura justificar os dizeres no momento da votação de *impeachment* daquele que diz “em nome de um valor que deve ser reconhecido por todos os membros de um grupo”.(CHARAUDEAU, 2006, p.65).

A questão da legitimidade está ligada à representatividade já abordada no capítulo um. Patrick Charaudeau (2006, p.73), ao abordar a legitimidade na esfera política, diz que na legitimidade por mandato, “é o povo que tem o direito de governar para seu próprio bem” e ainda fala que sendo uma “legitimidade popular deve, em algum momento, transformar-se em legitimidade *representativa*”. A representatividade, portanto, é dependente da legitimidade daquele que representará certos grupos e suas ideias.

2.2.1 A criação de um *ethos* na política

Não só de legitimidade e representatividade é composto um discurso político. Por ser discurso, e por ser linguagem com função conativa, existem dispositivos e estratégias que servem como elemento de persuasão para aqueles a quem o discurso é direcionado. Charaudeau (2006, p.79) diz que “(...) O sujeito político deve também se mostrar crível e persuadir o maior número de indivíduos de que ele partilha certos valores”. Dentre as estratégias do discurso do campo político que Charaudeau aborda em sua teoria, a construção de um *Ethos* é importante para este trabalho. Nos dizeres do autor “O *Ethos* é como um espelho no qual

se refletem os desejos uns dos outros” (CHARAUDEAU, 2006, p.87). O *Ethos* funciona como a imagem que o emissor constrói de si e funciona como “espelho da cidadania”. Sua importância daquele neste trabalho é que visamos justamente analisar a representatividade da população nos discursos dos deputados.

A noção de *ethos* aparece pela primeira vez com Aristóteles como uma das categorias da retórica, foi abandonada por uma crítica literária do século XVIII e é retomada recentemente por estudiosos e pesquisadores da análise do discurso. A noção de *ethos* para os analistas do discurso está inscrita no ato de enunciação, o *ethos* está no próprio dizer de quem fala e ao mesmo tempo é preexistente ao discurso.

O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe a priori do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem. (CHARAUDEAU, 2006, p.115)

Não cabe ao analista do discurso tornar-se investigador das verdades. A criação de um *ethos* no discurso é um mecanismo que pode alterar o que é ou não verdade; sobre essa relação entre verdade e mentira Charaudeau (2006, p.116) diz que “Sabemos que todo sujeito que fala pode jogar com máscaras, ocultando o que ele é pelo que diz e ao mesmo tempo interpretamos como se o que ele dissesse devesse necessariamente coincidir com o que ele é”. Percebemos a existência de uma identidade social e uma identidade discursiva que podem estar concomitantes nas falas do locutor. Charaudeau, ao abordar essa questão, deixa claro que a criação dessas identidades não é totalmente voluntária e que grande parte delas são inconscientes. O *ethos* pode tanto estar vinculado a indivíduos particulares quanto a grupos de indivíduos, no caso do discurso político dos deputados federais, podemos dizer a existência do *ethos* particular de cada deputado e o *ethos* dos seus partidos e das frentes parlamentares que representam na câmara.

Para a criação do *ethos* podemos dividir em dois procedimentos linguísticos: os procedimentos enunciativos; que permitem àquele que fala colocar-se em cena, implicar o interlocutor e apresentar o que é dito como se ninguém estivesse implicado; os procedimentos expressivos, que caracterizam a enunciação da palavra de forma oral.

Os procedimentos expressivos são a enunciação em sua forma oral, as diferentes formas de falar em um discurso político; o falar regional (que garante uma proximidade do enunciativo com os habitantes de sua determinada região), o falar tranquilo (que constrói uma figura segura), o bem falar (que demonstra um enunciativo culto e profissional) e o falar forte (que demonstra poder). Já os segundos são procedimentos que trabalham com as pessoas do discurso, o que nos lembra bastante a teoria enunciativa de Benveniste, que também é utilizada neste trabalho.

Não iremos neste trabalho nos aprofundar em cada um dos procedimentos linguísticos possíveis dentro dos inúmeros discursos aqui agrupados, visto que nossa proposta é obter um panorama geral da votação dos deputados pertencentes e envolvidos com a bancada evangélica utilizando alguns exemplos para analisar a representatividade em suas justificativas. Esses procedimentos linguísticos são numerosos e mesmo um único procedimento pode produzir “ao mesmo tempo efeitos diversos: é capaz de construir uma imagem positiva do orador ou negativa do adversário no mesmo instante em que poderia tocar o afeto do auditório”. (CHARAUDEAU, 2006, p.167)

Já os procedimentos enunciativos podem ser comparados à questão da subjetividade de Benveniste. Charaudeau divide em: Enunciação elocutiva, alocutiva e delocutiva. A enunciação elocutiva trabalha com a primeira pessoa e permite àquele que fala colocar-se na enunciação, construindo modalidades elocutivas que auxiliarão na fabricação de um *Ethos*, as modalidades desta enunciação são a de compromisso, convicção e rejeição. Já a enunciação alocutiva é expressa com os pronomes da segunda pessoa colocando seu interlocutor dentro do ato da linguagem, suas modalidades permitem trabalhar com o tratamento e solicitação na relação locutor x interlocutor, quando usadas a primeira e a segunda pessoas juntas percebe-se um apelo à confiança. Já o último dos procedimentos, a enunciação delocutiva, apresenta o que é dito como se não houvesse alguém responsável por aquilo que é dito, é expressa com o pronome na terceira pessoa. Poderia ser comparada ao que Benveniste fala de “não pessoa”, é a “impessoalidade” na enunciação, apagando todo os traços dos interlocutores.

Esses procedimentos somados aos procedimentos expressivos: o bem falar, o falar forte, o falar tranquilo e o falar regional, contribuem para a construção do *ethos* do político em seu discurso.

O *ethos* não pode ser separado de suas ideias, a maneira de apresentar suas ideias é que constrói o *ethos*, seja ele de credibilidade, discurso da razão, ou de identificação, discurso do afeto. O *Ethos* de credibilidade, ao contrário do que o nome pode significar, não é uma qualidade de crível à identidade social do locutor, é a construção de uma imagem de si mesmo tornando o locutor digno de crédito. “No discurso político, a credibilidade é fundamental, uma vez que o desafio consiste em tentar persuadir determinado público de que se tem certo poder” (CHARAUDEAU, 2006, p.120)

Já o *ethos* de identificação trabalha com o afeto social, a construção de uma imagem para o político se identificar em seu meio “(...) Essas imagens são destinadas a tocar o maior número de indivíduos”. (2006, p.137)

Charaudeau (2006, p.137) afirma que o *ethos* na política é “o resultado de uma alquimia complexa feita de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais, tudo relacionado às expectativas vagas dos cidadãos.” Todos esses procedimentos da linguagem, entendendo linguagem aqui como ferramenta de comunicação, que juntos e diluídos constroem os *ethos*.

3. DISCURSOS A FAVOR DO IMPEACHMENT DOS DEPUTADOS DA BANCADA EVANGÉLICA

Para fazermos a análise dos discursos dos deputados da bancada evangélica, que votaram a favor do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, será necessária a divisão em dois momentos. O primeiro será uma análise quantitativa dos dados encontrados; por meio de um levantamento lexical poderemos encontrar dados numéricos dos assuntos tratados na votação, e o segundo uma análise das vozes nos discursos mais relevantes da bancada, funcionando como exemplo do que será discutido no primeiro momento. Tentaremos com este item responder a algumas perguntas como: O que foi mais expressivo? Houve um assunto mais expresso nesses discursos? A bancada responde por um todo? Há particularidades? Os partidos dentro da bancada são bem marcados com suas ideologias?

A escolha desta bancada se deve a alguns fatores, como, por exemplo, o apanhado de discursos expressivos e com muito material de análise e o fato de esta ser a segunda maior bancada da casa, e com muito poder articulatório, ficando atrás apenas da bancada ruralista.

A relação de deputados listados como pertencentes a esta bancada na época da votação do *impeachment* teve como base a tabela que a Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo Pública divulgou em 18 de fevereiro de 2016, após um levantamento dos deputados que se envolvem com tais pautas, uma vez que o número de deputados fixos em cada bancada é muito volátil e pode mudar com frequência, de acordo com as necessidades de articulação em cada momento.

Com isso, a lista que utilizamos é mais abrangente do que o número oficial de membros, pois contempla também financiadores, apoiadores e demais parlamentares que no momento da votação aliaram-se a esta causa.

Um ponto de convergência de valores entre bancadas é a questão da diminuição da maioria penal e o estatuto do armamento e, falando sobre isso, o Deputado Capitão Augusto aproveita e esclarece como ocorrem as alianças entre as bancadas:

As frentes de segurança pública e a evangélica correm juntas aqui. Nós temos os mesmos valores. A gente se ajuda realmente, não integramos [a frente evangélica, da qual Augusto também faz parte] apenas com o nome, para constar, mas para efetivamente ajudar em todos os projetos que eles estão apoiando”, reconhece o PM. Ele rechaça a ideia de os pontos que unem os dois grupos sejam de um conservadorismo extremista. “Preservamos a questão da família, da moral, da ética, da honestidade. Não tem como ser radical nesses valores – ou você tem, ou você não tem. Ou você é honesto, é um cidadão de bem, ou você não é.” (FONSECA; MEDEIROS, 2017)

3.1 PRIMEIRO MOMENTO

Os grupos criados para dividir as temáticas apresentadas nos discursos de voto “Sim” foram: família, futuro, religiosidade, cidade específica, corrupção, menção direta ao partido dos trabalhadores, trabalho/economia, manifestação, democracia, crime e constituição.

O grupo mais expressivo foi o grupo da “família” com 64 deputados, atrás vem o “futuro” com 40 deputados e em terceiro aparece o grupo “religiosidade”; não sendo uma novidade, visto que estamos trabalhando com uma frente parlamentar religiosa. Atrás vem “cidade específica” (38), “corrupção” (26), “menção direta ao partido dos trabalhadores” (23), “trabalho/economia” (17), “manifestação” (13), “democracia” (13), “crime” (10) e “constituição” (10).

É perceptível que a maioria fundou suas justificativas sobre temas externos ao julgamento que acontecia à presidente; o grupo “crime” e “constituição” são os menos expressivos, enquanto a “família” e o “futuro” estão com um número muito maior.

3.1.1 Família

O léxico utilizado pelos deputados que se encaixam neste grupo são: família, pai, mãe, esposa, filhos, netos e os nomes próprios das pessoas da família dos deputados.

Buscando a etimologia da palavra “família” utilizamos o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa de Antônio Geraldo da Cunha (2010, p.285), vemos que o significado de família como: “grupo de pessoas do mesmo sangue” e “unidade sistemática constituída pela reunião de gêneros” mostram que a palavra carrega significados conservadores, visto que, hoje em dia, a possibilidade de adoção e as famílias constituídas por um gênero único, como o caso de muitas mães solteiras ou casamentos entre pessoas do mesmo gênero, ultrapassam esse significado de família. A origem da palavra “Família” provém do latim e está ligada a

famulus que significa “Criado, servidor”, esses significados da palavra em sua origem trazem muita carga histórica e social para o que se entende de instituição familiar nos dias de hoje.

Existe uma diferença fundamental entre citar a própria família e citar família como o ideário popular, referindo-se ao que é conhecido como constituição familiar. No primeiro sentido, os deputados utilizam-se do pronome possessivo em primeira pessoa fazendo construções como a do deputado Gilberto Nascimento do PSC “(...) Em nome da minha família e pensando no futuro dos meus netos, Guilherme, Elisa e Gabriel;”. No segundo, há uma alusão implícita ao tradicionalismo, dessa vez sem a utilização do pronome possessivo, mas geralmente com a presença do artigo definido que pode vir sozinho ou junto com as preposições “por” ou “de” como pode ser visto, por exemplo no discurso do deputado Ronaldo Martins do PRB: “(...) em defesa da família, tão atacada por este Governo”, e aqui evocamos a questão da memória do discurso. No ano de 2016, um tema que estava sendo fortemente debatido e que era alvo de muitas críticas ao partido que estava passando pelo processo de *impeachment* era a questão da família tradicional brasileira. Foi durante o mandato de Dilma Rousseff que muitas minorias ganharam direitos civis como adoção e casamento para casais homossexuais, sancionou-se como lei a adoção de nome social para pessoas transgêneros, entre outras coisas. Então, quando deputados desta bancada tão tradicional votam manifestando esta escolha lexical, entende-se que votam para que tais minorias não sejam abarcadas em políticas públicas, ou ao menos que não sejam capazes de se igualar, aos termos da lei, às famílias tradicionais, entendidas por um casal heterossexual com filhos biológicos ou adotados.

3.1.2 Futuro

A escolha lexical que coloca os discursos em um lugar fora do tempo presente ou do tempo passado, em primeiro lugar, tenta descaracterizar a memória do discurso. Como já falado anteriormente, o discurso sempre está arraigado em seu tempo e recheado de significações de sua época. Falar de futuro, nesse caso, demonstra o desejo pela utopia e isso se mostra pelo fato de serem utilizadas juntamente palavras como esperança, sonhos e o ideário de recuperar o Brasil. Dizemos isso porque é dever de todo parlamentar lutar para que hajam melhorias no Brasil e a votação do *impeachment* foi um caminho dentro disso, mas não a única solução possível para tal problema. Porém, estes parlamentares evocam as vozes sociais e nacionalistas junto com seus discursos, com caráter ufanista, buscando reviver este tipo de sentimento em quem os ouve.

Um exemplo é o discurso do Deputado Capitão Augusto, falando sobre a articulação entre as bancadas. Ele diz:

Sr. Presidente, pelo futuro do meu filho, Breno, pela minha família, pela minha cidade de Ourinhos e região, pela minha querida Polícia Militar do Estado de São Paulo, pelo Brasil, pela honestidade e pela ética, em homenagem aos policiais militares que deram a sua vida pela sociedade, eu voto sim, pelo impeachment.

Neste discurso ele evoca as vozes nacionalistas quando cita a Polícia Militar juntamente com sua cidade e valores amplos, que corroboram e dão ênfase à sua escolha.

Nesse grupo estão reunidos deputados com uma ideia de superação e de melhora a partir do seu voto em favor ao afastamento da ex-presidente. Isto é evidente nos discursos dos deputados com o uso de léxicos como: esperança, futuro, sonhar, acreditar e ainda construções como: caminho para o desenvolvimento, recuperar o Brasil, começar de novo, não podemos desistir do Brasil e em busca de melhores dias.

3.1.3 Religiosidade

O grupo “religiosidade” ter ficado com a terceira posição em números de deputados pode-se considerar mediano ou até abaixo do esperado, mas isso só acontece por conta da existência de uma bancada religiosa. Se em um estado democrático e laico uma das frentes parlamentares mais influentes possui um viés religioso fundamentalista, não será no discurso que a presença de termos religiosos causará espanto. O espanto, se existe, está no fazer político.

O cristianismo é unânime nos discursos destes deputados. Apesar da presença do catolicismo nas falas, que pode ser explicada pela história de colonização do Brasil, a religião que se torna mais expressiva é a evangélica. Há uma diferenciação clara entre tais denominações nos discursos. Cinco deputados mencionam ou dedicam seus votos aos “evangélicos” e isso não ocorre com o léxico “católicos”, que inclusive não foi utilizado. O termo “os evangélicos” está presente no texto e não a “comunidade evangélica”. Nisto, há uma carga coletiva, e naquele, uma ideia particular, principalmente pela utilização do artigo definido que particulariza e do uso de plural que dá a ideia de que é por todos os membros e não de uma comunidade que os represente. Uma variação usada por dois deputados é a construção “Nação evangélica” que traz uma conotação ufanista além da religiosa; essa ligação nacionalista ufanista com o conservadorismo e a religião existe com um elo bem forte ao longo de toda a história do país.

3.1.4 Cidade específica

Com um número expressivo de 38 parlamentares tendo feito menção a alguma cidade ou estado específico, esta escolha lexical nos mostra a intenção deles de legitimar e ao mesmo tempo dar autenticidade aos seus discursos. Este recurso, como outros, é também uma forma de responder ao clamor de uma certa parcela da população da cidade ou estado citado, mas também é uma forma de afastar-se do cerne da questão, que continua sendo, em muitos discursos, deixado de lado para que sejam feitas menções ao seu local de origem, como no caso do Deputado Alexandre Valle: “Sr. Presidente, pela minha família, pelos meus filhos, pelo povo do Estado do Rio de Janeiro e pela população de Itaguaí, ordeira e trabalhadora, eu voto sim.”

Aqui o parlamentar destaca sua família e filhos, dando um tom bastante pessoal e tradicional à sua fala, após isso cita o “povo do Estado do Rio de Janeiro”, ou seja, não apenas ao estado, mas aqueles que vivem nele, suas necessidades e desejos, e encerra qualificando as pessoas de sua cidade. O recurso de alinhar-se com o povo e buscar neste aspecto credibilidade fica evidente na fala do parlamentar, que evoca quase todos os aspectos daquilo que é chamado de valores da família tradicional brasileira.

Estes procedimentos linguísticos podem ser encontrados de forma correlata em Charau-deau (2006, p.174), que diz que

Os políticos que procuram convencer e seduzir o maior número de seus concidadãos não se furtam a utilizar todos os meios. Isso pode se traduzir no recurso a vários procedimentos expressivos para construir um *ethos* adequado à situação de comunicação.

Assim, analisando de forma global os resultados das análises quantitativas, pode-se perceber que o recurso de citar uma cidade específica não foi ideia de um parlamentar apenas,

mas sim o recurso mais utilizado pela bancada. Tal evidência pode apontar na direção de que houvesse um combinado entre eles para que os discursos saíssem de forma homogênea.

3.1.5 Corrupção

Começamos esse grupo com a apresentação das construções lexicais que nos fizeram classificá-los com este tema: Lava Jato, corrupção; mensalão; petrolão; rombos dos cofres públicos; ladroeira; roubalheira, corrupção.

O tema corrupção está bastante relacionado com as manifestações populares e foi um dos motivos mais fortes que levaram ao prosseguimento do processo de *impeachment*.

As escolhas lexicais e as marcas textuais apresentadas por esses parlamentares demonstram haver um caráter punitivo muito forte relacionado com o prosseguimento do processo, porém, desvinculado do cerne da questão que são as pedaladas fiscais e os decretos. Fica claro, então, que tais deputados se utilizam desse momento para colocar em questão outros temas correlacionados, mas não menos importantes.

Analisemos o discurso de Antônio Jacome:

Sr. Presidente, nunca foi tão atual a palavra bíblica que diz: E se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscar a minha face e se converter dos seus maus caminhos, então eu ouvirei dos céus, e perdoarei os seus pecados, e sararei a sua terra. Por uma nova ordem política, pelo fim da corrupção, pelos meus irmãos brasileiros, pelos meus irmãos norte-rio-grandenses, em homenagem à memória do meu pai e da minha saudosa irmã Ozanide, o meu voto é sim.

Este deputado chega a citar a palavra corrupção, mas ela toma um sentido predominantemente religioso tendo em vista o restante do discurso. Aqui não é abordada e justificada a citação desta palavra por alguma razão constitucional. O deputado ainda faz uso de *ethos* discursivos que o aproximam de seu eleitorado e pessoalizam sua fala, evocando a voz popular, que o elegeu, e que ia para as ruas clamar, entre outras coisas, pelo fim da corrupção. Porém, não embasa o que seria essa corrupção a ser combatida e no meio de argumentos estritamente religiosos, pode-se entender que essa corrupção teria mais um cunho espiritual do que legal.

3.1.6 Menção direta ao Partido dos Trabalhadores

Neste grupo teremos aqueles deputados que mencionam o partido dos trabalhadores, a sigla PT e termos pejorativos em relação ao partido ou a ex-presidente. O que ocorre neste grupo é a desqualificação do adversário. No caso, Dilma Rousseff ou o Partido dos Trabalhadores. Observamos o discurso do deputado Pastor Marco Feliciano do PSC:

Com a ajuda de Deus, pela minha família, pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da Nação toda, pelos meninos do MBL, pelo Vem Pra Rua Brasil – dizendo que o Olavo tem razão, Sr. Presidente, dizendo tchau para essa querida e para o PT, Partido das Trevas –, eu voto sim ao impeachment, Sr. Presidente!

A primeira utilização de desqualificação do adversário do deputado é uma associação a um *slogan* anti-Dilma; “Tchau, querida” que foi construído a partir de uma ligação do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva na qual ele se despede dela com essa construção. A partir desse fato, a ironia é construída e o *slogan* é utilizado em diversos discursos e manifestações

contra o segmento do governo de Dilma Rousseff. O “tchau” aqui é utilizado como uma despedida a Dilma do cargo que ela ocupa.

A outra construção do deputado é uma invenção de um novo significado para a sigla PT que significaria “partido das trevas”, que podemos pressupor uma associação religiosa, visto que o termo é encontrado em religiões e o deputado, além de possuir “pastor” em seu nome político, também faz parte do grupo religioso aqui analisado.

É por isso que, frequentemente, em política, a argumentação se reduz a esse procedimento de ataques *ad hominem*, que questiona a probidade do adversário, suas contradições, sua incapacidade de manter promessas, suas alianças nefastas e sua dependência diante da ideologia de seu partido, que lhe retira toda liberdade de fala e ação. (CHARAUDEAU, 2006, p.93)

A falta de argumentação e a incitação de opiniões sobre o partido dos trabalhadores pode ser explicado por Charaudeau (2006, p.94) que diz que o discurso político “Trata-se menos de estabelecer uma verdade racional do que de procurar transformar (ou reforçar) opiniões impregnadas de emoção, mediante a construção identitária do mundo político”. O discurso do deputado Jair Bolsonaro também participa deste grupo. Como a maioria dos discursos, este também pertence a outro grupo concomitantemente, percebe-se o uso de “Deus” e “Família” que o coloca pertencente aos grupos da religiosidade e família, porém, o discurso de Jair Bolsonaro será analisado nesta categoria. O deputado polemiza ao mencionar a ditadura militar como base de justificativa para o seu voto:

Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, Presidente Eduardo Cunha! Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S.Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é sim!

Quando diz “perderam em 1964”, Bolsonaro traz o golpe militar para dentro da câmara, e ainda deixa pressuposto que há uma competição, visto que, para se perder algo, é necessário competir. É possível subentender dessa construção de discurso que, assim como a defesa de Dilma Rousseff alega que o processo de *impeachment* é um “golpe”, Bolsonaro, sendo da acusação, compara-o, também, com o golpe de 1964, mesmo que o deputado não considere o golpe militar como um golpe. Ao mencionar a família e a inocência das crianças no espaço escolar, diz que o PT “nunca teve”, mais uma vez um deputado desse grupo parte para ataque *ad hominem*. A última referência do deputado em relação ao partido é especificamente para a ex-presidente Dilma Rousseff e se é possível medir nível de argumentação *ad hominem*, essa, sem dúvida, é a de nível mais alto dentre todos os discursos. O deputado cita o Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, ditador militar envolvido na tortura de Dilma Rousseff, quando esta era guerrilheira.

As construções pejorativas desses deputados possuem níveis diferenciados, o processo de construção do *ethos* no discurso está aqui presente; é a partir do *ethos*, que se constroem as semelhanças e diferenças presentes nesses discursos em que o foco era estigmatizar a ex-presidente e seu governo.

3.1.7 Trabalho/economia

Este grupo pode abrigar dois pensamentos ideológicos conflitantes, mas aqui estão reunidos por marcarem seu voto sobre o assunto do capital financeiro, seja fazendo defesa da produtividade e do mercado, ou defendendo os produtores e as oportunidades de contratação. No primeiro, está pressuposta uma preocupação com a situação financeira do país, porém a preocupação com os trabalhadores não está necessariamente implícita, podemos apenas subentender como consequência. No segundo, a preocupação com os trabalhadores é explícita no texto, com suas contratações e não necessariamente com suas condições de trabalho. Estes dois pensamentos estão híbridos nos discursos dos deputados aqui agrupados, ou seja, há deputados que defendem a produtividade e as oportunidades de contratação ao mesmo tempo, às vezes de forma totalmente explícita, outras implícitas e até mesmo subentendidas.

Comparando o discurso do deputado Alceu Moreira do PMDB e o do deputado do PTB Arnaldo Faria de Sá, conseguimos entender melhor esses dois modos de discursos relacionados ao capital financeiro e suas formas híbridas. Alceu Moreira diz: “Pelo fim do populismo irresponsável e corrupto, pelo fim da vagabundização remunerada, pela valorização do trabalho, da produção, da pesquisa, tecnologia e inovação, eu voto sim”. Com a construção “populismo irresponsável” e “vagabundização remunerada” o deputado consegue criticar os programas sociais petistas relacionados à economia. O Partido dos Trabalhadores é conhecido por ações populistas e um dos seus programas mais conhecido pelo resultado de sua aplicação é o programa “Bolsa Família”, no qual uma família de baixa renda possuiria o direito de uma remuneração em relação ao número de membros e a quantidade do salário médio da família. Esse programa é considerado por muitos críticos como demasiado populista e não resolveria o problema das diferenças sociais integralmente, porém é um programa elogiado pela ONU e utilizado em outros países, como consta no Relatório sobre Erradicação da Pobreza do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, para o Conselho Econômico Social (ECOSOC), de 11 de novembro de 2011, publicado no site oficial da ONU no Brasil. Ao utilizar da construção “vagabundização remunerada” é perceptível a ofensa ao programa e, conseqüentemente, à nomeação dos usuários deste e de outros programas sociais como vagabundos. Após essas construções, o deputado utiliza-se de “valorização do trabalho” como uma oposição ao dito anterior. A crítica do deputado, portanto, pode ser entendida como um pedido de mais empregos e mais vantagens aos empregados e contra qualquer programa social que movimente os abismos sociais no país. Além da “valorização do trabalho”, o deputado também cita a produção, o que nos remete ao produto e não à qualidade de trabalho do produtor; à pesquisa; à tecnologia e à inovação, citando programas de avanços tecnológicos e econômicos após desprezar a qualidade e a funcionalidade dos programas sociais.

Já no discurso do deputado do PTB, ele cita o léxico “economia” e ao mesmo tempo a “garantia de emprego”, Arnaldo diz: “(...)pela recuperação da economia brasileira, pelo combate à recessão e pela garantia de emprego para 10 milhões de trabalhadores desempregados, meu voto é sim”. Esse discurso mostra-se menos agressivo que o outro pela ausência de termos pejorativos e ao mesmo tempo mais claro em posicionar-se a favor dos dois pensamentos: na economia (produção) e nos desempregados (produtores). Pensar nos desempregados é pensar em um país em situação de crise, pode-se subentender uma preocupação com as famílias que possuem todos os membros desempregados e não têm como se sustentar e, ao mesmo tempo, é possível subentender um reforço da situação econômica e do crescimento

do país. Vemos que esse discurso, assim como o do deputado do PMDB, ignora qualquer qualidade do trabalho dos trabalhadores.

3.1.8 Manifestação

As manifestações no ano de 2016 haviam chegado ao auge em número de participantes e atingiu níveis nacionais. Todos os estados tiveram algum tipo de exteriorização da insatisfação popular e em todos eles isso foi algo historicamente relevante. Mais de 3,3 milhões de pessoas foram às ruas em pelo menos 250 cidades brasileiras. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, no dia 13 de março de 2016, haviam 1,8 milhões de pessoas manifestando apenas no estado de São Paulo. E, no Rio de Janeiro, os organizadores falavam em um milhão de manifestantes, mas órgãos oficiais não se manifestaram a respeito.

De qualquer forma, foi algo que abalou o andamento das coisas. Houve financiamentos coletivos para a compra de balões gigantes com o formato de Lula e Dilma, assim como um pato de borracha amarelo, que virou um dos maiores ícones daquele momento. Estes atos foram amplamente divulgados pela mídia formal e informal em nosso país, assim como pelas redes sociais. Estas foram as maiores manifestações populares que já aconteceram no Brasil, segundo o Datafolha. Assim, o processo que já estava encaminhado no planalto começou a tomar mais força e sob a pressão de muitos parlamentares, juntamente com o acúmulo de provas dos atos incriminatórios, o presidente da câmara, Eduardo Cunha, acolheu o pedido de *impeachment* e o submeteu à votação.

Então, dentro desse cenário, justificar o voto com base no combate à corrupção não somente coloca o parlamentar como um certo “paladino da justiça” ou alguém capaz de se separar da ‘sujeira’ que é notória no meio político brasileiro, mas também o situa em um momento muito determinante dentro da história brasileira.

Eles colocam-se no meio da rua junto com os manifestantes. É como se suas mensagens dissessem “Estou fazendo o que vocês pediram”. Isso é algo de grande apelo popular e populista e resgata um valor próprio da função dos parlamentares, que é a representação do povo. Tomando como exemplo o discurso de Carlos Manato:

Sr. Presidente, em homenagem à minha querida Alegre, na Região do Caparaó, aos 3,5 milhões de capixabas em 78 Municípios, às mais de 50 mil pessoas do movimento Vem Pra Rua que estão na Praça do Papa, e para que nossa ex-Presidenta Dilma tenha férias eternas, eu digo sim, Sr. Presidente.

Em seu discurso, o deputado inicia evocando sua cidade e seu estado com uma descrição precisa. Chega a citar os números, tanto de moradores como de municípios e participantes do movimento Vem Pra Rua, que foi o *slogan* mais marcante dos grupos organizados em prol da saída da presidenta, e nome de um movimento específico que existe até os dias de hoje e que busca, segundo suas palavras, “um Brasil livre da corrupção, uma política feita com ética e um Estado desinchado e eficiente.” Então, naquele momento, o deputado baseia seu voto em tais valores.

Outro exemplo é o voto do Deputado Felipe Maia, que diz:

Sr. Presidente, pelo respeito à Constituição Federal, pelo respeito às outras leis do ordenamento jurídico do nosso País que regulamentam o crime de responsabilidade civil, pelo povo do Brasil, pelo povo do Rio Grande do Norte, por todos aqueles que ocupam as ruas do nosso Brasil, para pedir mudanças para este País, pelas famílias que estão desempregadas — já se

somam 10 milhões de famílias — e para que o Brasil possa, Sr. Presidente, ter uma luz no fim do túnel, eu voto sim ao impeachment da Presidente Dilma.

Ele também cita as manifestações ao fazer menção a “todos aqueles que ocupam as ruas do nosso país, para pedir mudanças”. Assim como já citado anteriormente, os movimentos organizados e também aqueles que foram por conta própria clamavam por mudanças. Então, mais uma vez, o parlamentar tenta colocar-se junto ao povo para fundamentar seu voto. Para este fim, ele usa também outros artifícios discursivos como citar sua cidade e problemas sociais, o que gera sensibilização ao ouvinte e, ao mesmo tempo, um ataque indireto ao PT, por ser um governo de cunho abertamente populista e social.

3.1.9 Democracia

Tendo em vista este contexto em que o conceito de democracia surgiu e como ele se consolidou em nossa sociedade, quando um parlamentar faz o uso de tal justificativa para embasar seu voto positivo ao *impeachment*, acaba por cair em uma contradição, pois o exercício da democracia não foi usurpado. Na verdade, o fato de a votação do *impeachment* estar acontecendo dentro dos parâmetros legais demonstra que está ocorrendo um processo burocrático democrático, que não isenta nem mesmo os legisladores do cumprimento da lei.

Há o que se pesquisar a respeito da legitimidade jurídica do processo do *impeachment*, pois a argumentação da defesa alega que não há crime de responsabilidade contra a presidente Dilma Rousseff, mas este âmbito já não é contemplado pelas pesquisas deste trabalho.

A palavra democracia tem origem em duas palavras gregas: “*Demos*, do grego. *Demos* ‘povo’ que se documenta em vocábulos eruditos alguns formados no próprio grego como ‘democracia’ (...) 1813 Adapt. do fr. *Democratie*, derivado do grego. *Demokrateia* ‘governo do povo’”. (CUNHA, 2010, p. 204)

A democracia direta seria que todos tomassem as decisões que lhes cabem. Acreditando na impossibilidade de todos os cidadãos tomarem decisões ao mesmo tempo, criam-se representantes da sociedade. Esses representantes são eleitos pelo povo direta ou indiretamente, o que nos faz perceber que há diversos tipos de governo democrático.

A democracia em sua história não é totalmente representada pelo povo, o professor Alexander Melo Medeiros diz em seu texto “democracia” que

(...)mesmo em Atenas, onde a democracia se consolidou como uma forma de organização política das cidades-Estados gregas (as polis), não havia uma democracia no sentido literal do termo, pois, de fato, a grande maioria da população ateniense não era formada de cidadãos (por definição, aqueles que poderiam participar da coisa pública) e sim, de escravos, mulheres, crianças, além de estrangeiros. (MEDEIROS, 2013)

Essa falta de representatividade na história da democracia traz suas marcas até os dias de hoje; não são todas as pessoas que são representadas numa democracia. Hoje em dia em muitos países todas as pessoas; independente de gênero, cor ou etnia; são considerados cidadãos, apesar disso não são todos os cidadãos que compreendem e participam ativamente das escolhas de seus representantes.

A professora doutora Carole Pateman, sobre a inatividade de alguns cidadãos em relação à política, diz que “As pessoas só compreendem e se interessam de fato por assuntos dos quais têm experiência pessoal, ou por ideias que conseguem formular;

para si próprias, e nada disso é possível para o cidadão médio, em matéria de política” (1992, p.21)

Percebemos que a democracia é um governo frágil, no Brasil, por exemplo, a ditadura militar impossibilitou a existência da democracia por vinte e um anos.

O deputado Alfredo Kaefer do PSL do Paraná justifica seu voto positivo ao *impeachment* utilizando do termo “democracia”: “Pela liberdade, pela democracia, por um futuro melhor, em honra do povo do Paraná e das pessoas de bem que querem tirar uma oligarquia instalada neste poder, eu voto sim pelo impeachment”. O deputado opõe a democracia a oligarquia referindo-se que aquele só seria possível com a retirada deste que está no poder, alcunhando o Partido dos Trabalhadores de ser oligárquico, que significa governo de poucos. Além disso, o deputado apresenta um grupo de pessoas que querem derrotar a “oligarquia” nomeado por ele de “pessoas de bem” isso demonstra o que Charaudeau diz sobre dramaturgia política:

O discurso político – mas ele não é único – realiza a encenação seguindo o cenário clássico dos contos populares e das narrativas de aventura: uma situação inicial que descreve o mal, a determinação desse mal pela intervenção do herói natural ou sobrenatural. (CHARAUDEAU, 2006, p.91)

O partido dos trabalhadores ou o governo de Dilma Rousseff, que no caso é nomeado de oligarquia, representam o mal e as “pessoas de bem” funcionam como um herói natural. Essa construção de uma dramaturgia para Charaudeau é comum para o político obter adesão do público de sua ação. “(...)Trata-se de persuadir o público de que o mal e as vítimas existem e que não há lugar para expectativa que obriga a vislumbrar a possibilidade da existência de um mal e o desencadear de um temor gerador de angústia.” (2006, p.91) e ainda distingue quando a fonte do mal aparece de maneira precisa ou maneira fluida, nesse caso do deputado podemos considerar como maneira precisa, pois, apesar de não citar o partido dos trabalhadores ou a ex-presidente Dilma Rousseff, é na votação para a realização do *impeachment* de Dilma em que ele se utiliza desse discurso. Seu discurso então torna-se a solução salvadora que “(...) consiste em propor medidas que deveriam reparar o mal existente” (CHARAUDEAU, 2006, p.91) e junto com seu discurso apresenta seu voto, o que nos permite considerar que a solução salvadora para o deputado é a realização do *impeachment* da ex-presidente. E por ser ele o defensor dessa medida de solução torna-se o herói junto com aqueles que denominou como “pessoas de bem”.

A escolha da utilização de “democracia” na palavra do deputado JHC, do PSB revela uma defesa a democracia representativa como defesa de seu cargo e sua função de representar o povo:

(...) hoje, com essa **responsabilidade na minha mão, de representar** os jovens que querem uma política séria, transparente, ética – e também **representando o povo brasileiro** –, venho aqui me manifestar. Ao contrário do que dizem argumentos falaciosos – e como dizia Schumpeter sobre a **democracia participativa** –, hoje o Governo tudo o que pregou faz diferente. Sr. Presidente, se nós formos analisar por essa interpretação de regimes, em **Cuba** tem eleição, na **Coreia do Norte** tem eleição, no **Iraque teve eleição**. Portanto, Sr. Presidente, não podemos virar as costas para a **opinião pública** e fingir que o que o povo fala e o que as ruas falam não importam neste momento. Sr. Presidente, Sr. e Srs. Deputados, O Deputado JHC vota sim pelo impeachment. Viva Alagoas! Viva Maceió!

A legitimidade de seu voto é criada em cima da representatividade. Por ter sido eleito, o deputado considera-se o representante da população, especificamente dos habitantes de

Alagoas, criando a particularidade discursiva já discutida no item 3.1.4. É por meio desse “poder” que justifica seu voto. A responsabilidade em sua mão é de ouvir a opinião pública das ruas, criando uma particularidade e aproximação com a utilização do pronome possessivo como foi discutido no item 3.1.1 ao abordarmos os deputados que dedicaram os votos a “minha família”, o deputado ainda cita o cientista político Schumpeter como forma de legitimar sua justificativa citando a democracia participativa, que ela não termina apenas com a escolha da população do executivo, mas que os deputados possuem essa função de representar a sociedade em momentos como esse do *impeachment*. A citação de países como Coreia do Norte e Cuba, que vivem sob o regime comunista, vem para intensificar a ideia e o faz de forma muito natural, como se fosse uma realidade e de conhecimento de todos, de que o PT tentava implantar este regime político no Brasil. Então o deputado, a partir de sua argumentação, afirma muito mais do que diz.

3.1.10 Crime

A relação da palavra “crime” com as outras citadas neste contexto é grande. Em geral está associada com o ideário da constituição e da democracia. Assim como já citado anteriormente, no item 3.1.2, a votação está legalmente pautada na questão de ter havido ou não crime de responsabilidade. Portanto, muitos deputados utilizam esta argumentação para embasar seus votos, como, por exemplo, a Deputada Christiane de Souza Yared:

Senhores, cabe a nós a tarefa de unirmos este País. E, se as leis são para todos, se as pedaladas condenam Dilma, devem condenar também Governadores como o do meu Estado. Sr. Beto Richa, a sua hora está chegando!
Meu voto é sim.

Tal discurso é muito claro e específico ao abordar o porquê da votação e a posição da parlamentar sobre isso, de forma muito direta. Apesar disso, ela tem um posicionamento emocional e, mais uma vez, vemos o envolvimento de questões que não são pertinentes ao *impeachment* serem abordadas. A questão do crime de responsabilidade fica em segundo plano, sendo pouco abordada e aprofundada pela parlamentar.

Outro exemplo de discurso que cita este termo é o do Deputado Betinho Gomes:

Povo brasileiro, nós estamos aqui para autorizar a abertura de um processo contra a Presidente da República. É uma Presidente que cometeu as pedaladas fiscais e gerou um rombo de 60 bilhões, uma Presidente que publicou decretos sem autorização desta Casa, a Casa do Povo, causando um prejuízo de 90 bilhões, uma Presidente que infringiu a Constituição brasileira e que, por isso, vai ser julgada pelo Senado, e, certamente, vai responder pelos crimes de responsabilidade que cometeu. Por isso, é sim ao *impeachment*!

Neste caso, muito diferente do primeiro, há uma justificativa mais abrangente e mais aprofundada. A questão legal que implica a abertura e o prosseguimento do processo do *impeachment* é exposta e o deputado posiciona-se a respeito. Não vemos a citação de assuntos que não sejam pertinentes àquele momento e, de forma concisa, ele demonstra o que pensa.

Ele também, diferente de outros deputados, inicia sua fala destinando-a ao “povo brasileiro”. Dessa forma, ele confere ao discurso certa sobriedade e relação com sua função como deputado. Porém, mais à frente, um tom mais pessoal é atribuído ao discurso quando ele faz escolhas lexicais pouco formais como “rombo” para se referir aos prejuízos gerados a partir das escolhas de Dilma, dando uma conotação mais intensa ao ato.

3.1.11 Constituição

Dezessete deputados embasam seus votos utilizando a justificativa de estarem adequando-se à Carta Magna. Porém, nove utilizam esta justificativa para votarem favoráveis ao *impeachment* e oito para votarem contrários a ele.

Assim como já foi dito anteriormente, o objetivo da Análise do Discurso não é revelar alguma verdade absoluta que esteja encoberta, ou então fazer um juízo de valores sobre o voto de cada parlamentar. O objetivo é elucidar o que tal vocábulo expressa em cada contexto em que foi empregado. Assim, podemos dizer inicialmente que há uma tentativa bem-sucedida de adequar-se à primeira necessidade daquele momento, que é ligado diretamente à Constituição Brasileira. Logo, estes parlamentares conseguiram ater-se ao foco proposto, cada um dando prosseguimento em sua justificativa à sua maneira.

O Dep. Antonio Bulhões diz:

Sr. Presidente, eu jamais aceitaria fazer parte de um golpe. Com a consciência de que este processo seguiu rigorosamente todos os princípios constitucionais, eu voto sim. Que Deus abençoe o Brasil!

Ou então, como Carlos Melles, votam a favor do afastamento de Dilma dizendo:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu voto aqui hoje a favor das nossas crianças, da nossa juventude, das nossas famílias, da minha Paraíso, do meu sul de Minas. Voto a favor do agricultor e do café, voto a favor dos mineiros e do Brasil. Mas voto também a favor da Constituição. Voto sim ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff!

Assim, percebemos que as posturas são variadas, porém, mostra-se uma inclinação maior por parte de quem cita a Constituição de trazer seriedade ao discurso. No de Melles, é interessante observar que a citação desse termo vem após a apresentação de um *ethos* discursivo que personaliza sua fala, aproximando-o dos eleitores que o conhecem e são seus conterrâneos e ele a introduz após utilizar a conjunção coordenativa “mas”, que significa oposição ou restrição ao que foi dito anteriormente. É como se a intenção do deputado fosse introduzir um tema de mais peso e que concluísse as ideias apresentadas até então. Dividindo seu discurso em duas partes, temos que, na primeira, ele se aproxima de seu ouvinte e, na segunda, apresenta seu argumento de valor, no caso, o cumprimento da constituição.

Já na fala do Deputado Antonio Bulhões, nota-se um discurso conciso e atento aos fatos que estão em questão naquele momento. Porém, ao final, o deputado encerra pedindo que Deus abençoe o Brasil, trazendo, então, claramente, a voz religiosa para seu discurso.

3.2 SEGUNDO MOMENTO

Este será o momento de analisarmos a criação do *ethos* dos deputados já citados.

Os procedimentos enunciativos são praticamente unânimes nesses discursos. Todos os deputados implicam a primeira pessoa, muitos ainda se utilizam de pronomes pessoais, normalmente antecipando a família, a cidade específica, os eleitores ou até mesmo o próprio cargo, com construções.

Percebemos que todos os discursos possuem um ponto em comum que é ser discurso de justificação. Ou seja, os deputados utilizam-se de seus discursos para justificar suas decisões em relação ao processo de *impeachment*, defender sua legitimidade e criar credibilidade ao que diz.

As justificações dos deputados analisadas neste trabalho variam entre a razão superior e a lei. Em razão superior entram todos os deputados que justificam seu voto em nome de Deus ou de sua própria família e na lei entram os deputados que citam o crime, a constituição, a corrupção, a democracia.

Criar um *ethos* para realizar essas justificativas é um processo complexo que leva em conta sua história política, a história de seu partido, sua relação com o julgado, suas intenções, seus eleitores, sua ideologia e seus objetivos com o discurso da votação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As poderosas frentes parlamentares comandam as ações de acordo com seus interesses e a representatividade de minorias não acontece dentro da Casa e muito menos em um nível nacional. Este aspecto também é evidente na fala de cada deputado.

O levantamento lexical nos responde à pergunta de como a representatividade reflete na linguagem durante as justificativas da votação do *impeachment*, que é respondida com: “não reflete”. Pelo menos, não reflete a grupos minoritários que não são mencionados nos votos dessa parcela analisada. O levantamento lexical permitiu, além disso, identificar os temas mais abordados nas justificativas dos deputados que estão muito longe de votar de acordo com o que lhes foi solicitado.

Dentre a parcela vencedora da votação, observa-se pouca consideração com o processo em si e com a questão do crime de responsabilidade, o que também demonstra a ideologia dominante. Os discursos além de não refletirem representatividade de minorias, também não refletem o tema objetivo do processo. É notório que há falta de objetividade nas justificativas, que são evidenciadas pelo uso excessivo dos pronomes em primeira pessoa, criando uma imagem íntima, mas de opinião e não de razão, além disso, o agrupamento dos deputados por suas justificativas reforça essa pouca consideração com o processo de *impeachment*, visto que família, futuro e religiosidade ficam à frente, numericamente, dos deputados que justificam o voto no crime de responsabilidade, que deveria ser o assunto a ser discutido pelos deputados.

Este resultado chega como um alerta de quem são e o que têm pensado as pessoas que ocupam estes cargos e quais são suas prioridades e anseios. As respostas a estas indagações divergem do que deveríamos verificar ao olhar para a Câmara.

Essa elaboração da imagem própria na maioria dos discursos está ligada ao conservadorismo e a pautas de discordância (ideológica) do partido, que ocupam o lugar central, furtando, na maioria das vezes, o lugar da análise legal e administrativa do processo, que pouco é referida e que mesmo quando é não apresenta objetividade, ligando-se à imponência do locutor colocar-se sempre presente no discurso.

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 4.ed. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: Lexikon, 2010
- FONSECA, Bruno; MEDEIROS, Étore. *As bancadas da Câmara*. Disponível em: <<https://apublica.org>>

org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/>. Acesso em 20 de mar. 2017

MEDEIROS, Alexander. *Democracia*. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciber-democracia/democracia/>> Acesso em: 14 de out. de 2017.

MEDEIROS, Étore. *As dinastias da Câmara*. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/02truco-as-dinastias-da-camara/>>. Acesso em 20 de mar. 2017.

PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. 1992.

RODRIGUES, Paulo Cezar; ALVES, Aline Rezende Belo. *Jakobson, Bakhtin e Foucault: uma reflexão sobre sujeito e enunciado*. São Paulo, SP: Claraboia, v. 2, n° 1, p. 85-98, 2014.

ABSTRACT

This paper aims to draw a discursive analysis of the speeches given by the federal deputies in the impeachment voting of the then President of the Republic, Dilma Rousseff. The used speeches belong to the winning portion of the polling, and within that sample, those who belong to the Evangelical Bench, because of the vast material for analysis. The study was based on the quantitative research that gave an account of the data collection and the discursive analysis with the notions of Emile Benveniste's enunciation, and the notions of political discourse of Patrick Charaudeau, which made us realize the strong trait of subjectivity in the speeches. This mark comes from the constant presence of the "I", the lack of impersonality and the constructions of the ethos as a resource of legitimation and credibility of the discourse. It was made a survey of how the house that hosted the voting, which is the Chamber of Deputies, works and how the political articulation for the combination of votes is given. As a result, we could highlight the grouping of deputies for their justifications in the voting process, and issues that are not directly related to the legal issues of impeachment, such as family, future and religiosity, are numerically ahead of the theme of "crime of responsibility" and others directly related to the subject of voting. As an unfolding, it was possible to map which ethos construction the speaker wanted to better articulate his political image.

KEY-WORDS

Political Discourse. Impeachment. Representativity.